



**Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública**

**NILSON ROCHA ALVES**

**O ESTADO E A JUVENTUDE NO BRASIL:  
POR ONDE ANDAM SUAS POLÍTICAS PÚBLICAS?**

**BRASÍLIA - DF**

**2009**

**NILSON ROCHA ALVES**

**O ESTADO E A JUVENTUDE NO BRASIL:  
POR ONDE ANDAM SUAS POLÍTICAS PÚBLICAS?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Montes Belos, em cumprimento às exigências do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública, para obtenção do título de Especialista.

---

Orientadora: Profa. Mestra Maria Janette Pereira de Amorim Martins Ribeiro.

**Brasília-DF, novembro de 2009**

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus, por me proporcionar mais uma grande oportunidade na vida; especialmente em memória da minha mãe, minha heroína que sempre vibrou com minhas vitórias; à Daniella que me acompanhou nos melhores e piores momentos por que passei e que me deu a companhia do Gabriel e a luz do Arthur, que é a coisa mais maravilhosa desta vida; agradeço também àquelas pessoas do STJ que trabalham em prol do crescimento dos seus servidores.

## RESUMO

Esta monografia pretende demonstrar que, no Brasil, o debate em torno das políticas públicas de (e para a) juventude – apesar de recente – teve um avanço significativo em relativamente pouco tempo. Para um melhor entendimento sobre a trajetória das políticas públicas destinadas aos jovens, o documento apresenta (i) breve descrição sobre o contexto juvenil atual no país e (ii) visão histórica sobre a formulação de políticas públicas brasileiras. O estudo visa apontar as dificuldades de se construir políticas de juventude no Brasil, uma vez que o Estado não se preparou para atender de forma eficiente (e inclusiva) esse grande contingente de jovens. A esse respeito, conclui-se que a oferta de serviços públicos (saúde e educação, principalmente) e de mercado de trabalho ainda são insuficientes para atender à demanda dessa população. Além disso, o poder público pouco (re) conheceu - no passado - a realidade juvenil, o que produz um efeito por vezes devastador: o desencontro entre as demandas dos jovens e as políticas públicas a eles destinadas. A pesquisa também apresenta algumas reflexões sobre as principais características das políticas públicas brasileiras destinadas aos jovens no Brasil - à luz de profissionais que lidam com a temática -, e a situação de vulnerabilidade diante da ausência (ou fragilidade) de políticas públicas que levem em conta suas expectativas, reflexões e incertezas. Vítima ou agressora, a juventude é a principal protagonista da violência nos grandes centros urbanos, e enfrenta sérias dificuldades para concluir seus estudos e ingressar na universidade. Por fim, discutem-se caminhos e alternativas capazes de oferecer perspectivas de futuro e propostas para garantir a cidadania plena aos milhões de jovens brasileiros.

**Palavras-chave:** Jovens. População Juvenil. Políticas Públicas de Juventude. Brasil

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**BID** - Banco Interamericano de Desenvolvimento

**BIRD** - Banco Mundial

**CEJUVENT** – Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude da Câmara dos Deputados

**CONJUVE** – Conselho Nacional de Juventude

**ECA** – Estatuto da Criança e do Adolescente

**FMI** - Fundo Monetário Internacional

**GIJ** - Grupo Interministerial de Juventude

**IBASE** - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IDH** - Índice de Desenvolvimento Humano

**OIJ** - Organização Ibero-americana da Juventude

**ONG** – Organização não-governamental

**PNPE** - Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens

**PPJs** – Políticas Públicas de Juventude

**ProJovem** - Programa Nacional de Inclusão de Jovens

**UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

**UNICEF** – Fundo das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
1.1. As políticas públicas para a juventude brasileira: o ponto de partida .....	8
1.2. Conhecer para mudar .....	9
1.3. A linha mestra: o problema e os objetivos (i) geral e (ii) específicos .....	10
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>12</b>
<b>2.1. Contextualização .....</b>	<b>12</b>
2.1.1. Um jogo de “cartas marcadas”: jovens brasileiros x desigualdades socioeconômicas .....	12
<b>2.2. Antecedentes: histórico sobre a atuação do Estado na formulação de políticas públicas para a juventude brasileira .....</b>	<b>14</b>
2.2.1. Como chegamos até aqui? .....	14
2.2.2. Projetos e iniciativas em andamento .....	17
2.2.3. Sobre a Conferência Nacional de Juventude .....	19
2.2.3.1. Promovendo o diálogo aberto .....	19
2.2.3.2. Desdobramentos .....	21
<b>2.3. Reflexões sobre as políticas públicas brasileiras destinadas aos jovens, à luz de autores, <i>experts</i> e intelectuais da atualidade.....</b>	<b>22</b>
2.3.1. Principais pontos em comum .....	22
2.3.2. Principais recomendações .....	26
<b>3. METODOLOGIA .....</b>	<b>30</b>
3.1. Sobre a pesquisa .....	30
<b>4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>33</b>
4.1. Colhendo o fruto amargo .....	33
4.2. Um passado sombrio: as políticas públicas para a juventude em farrapos .....	34
4.3. “Se não tem vento, reme!” .....	35
4.4. Retomando a questão .....	37

<b>5. CONCLUSÃO .....</b>	<b>40</b>
5.1. Desafios e Perspectivas .....	40
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>45</b>
<b>NOTAS (sobre os especialistas) .....</b>	<b>49</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>51</b>

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1. As políticas públicas para a juventude brasileira: o ponto de partida

Apesar de ter o governo brasileiro nas últimas décadas empreendido várias políticas públicas voltadas para as crianças e os jovens do nosso país, a sociedade como um todo reivindica, de maneira crescente, medidas mais eficientes e céleres.

O mundo civilizado, em seus principais países, tem buscado soluções no sentido de sanear as condições que violam ou ameaçam os direitos das crianças e dos adolescentes. Todavia, sem desmentir as tendências, mas buscando questionar o papel e a missão histórica dos Estados e propor soluções de compromisso, optou-se por fazer uma pesquisa para analisar a trajetória das políticas públicas destinadas aos jovens, mais especificamente no Brasil, buscando verificar as principais tendências de projetos/programas destinados a promover e assegurar condições satisfatórias que efetivem a inclusão social dos jovens deste país.

De acordo com especialistas no assunto, ainda há muito a se fazer.

Não faz muito tempo que o debate público sobre a temática Juventude surgiu. As discussões em torno do tema provocam reflexões e pavimentam o caminho para a construção de um modelo brasileiro de políticas públicas para os jovens.

“Os jovens de 15 a 24 anos representam cerca de 20% da população do país. São 33 milhões de brasileiros, dos quais 80% vivem na área urbana”. (Disponível em <http://www.projetojuventude.org.br> - Acesso em 02 de julho de 2009).

Em vista deste cenário, quais as diferenças e desigualdades sociais que mais afetam o jovem brasileiro?

Desemprego, pobreza, falta de perspectiva, agravamento de violências e exclusão social. A batalha é diária para esses jovens cidadãos brasileiros, que – via de regra – deveriam participar mais ativamente da sociedade e na construção de uma vida mais digna.



Além disso, a forma - por vezes preconceituosa - como a sociedade interpreta os jovens interfere destrutivamente na construção de suas relações sociais com o mundo. Segundo Maria Teresa Miceli Kerbauy, em *Políticas de Juventude: Políticas Públicas ou Política Governamentais?*:

[...] o imaginário social continua associando a juventude à transgressão, à curiosidade, às buscas fora dos referenciais de normalidade, sem atentar para a tentativa angustiada dos jovens de serem incluídos, ouvidos e reconhecidos como membros da sociedade em que vivem. (2005, p. 196)

## 1.2. Conhecer para mudar

Como mudar essa dura realidade? O Estado precisa adotar novas políticas públicas. Políticas estas adaptadas aos novos tempos, às novas necessidades, ao um contexto inteiramente novo. Os gestores necessitam de uma mudança na forma como entendem os jovens, suas necessidades, suas demandas mais primárias, seus desejos, sonhos e capacidades. Para conceber políticas públicas dirigidas aos jovens é preciso conhecer a realidade vivenciada por eles, suas especificidades e inadequações.

Quais seriam, então, os principais desafios no que se refere à elaboração de políticas públicas para a juventude no Brasil? Essa questão nos remete à maneira como concebemos os jovens. Há que se desenvolver uma compreensão mais realista (e humana) sobre o mundo juvenil. É absolutamente premente conceber nossos jovens como sujeitos de direitos, garantindo o seu direito de ser (e o “de vir a ser”). Não basta interpretar moças e rapazes somente como “público-alvo”. Esses sujeitos de direito necessitam, na prática, de marcos legais, de instrumentos jurídicos e políticos capazes de garantir o respeito desses direitos.

Na opinião de Maria Alda Sousa (2008), em *Juventude e a Noção de Protagonismo nas Políticas Públicas Brasileiras*, de certo modo, a diversidade de relações vivenciadas no âmbito do universo juvenil (escola, trabalho, cultura, política, sexualidade, violência) permite traçar perfis juvenis e orientar as políticas públicas para esse segmento. (Disponível em <http://www.casadajuventude.org.br> - Acesso em 02 de julho de 2009).

Pensar em políticas públicas para a juventude é refletir seriamente sobre a participação desses jovens na sua elaboração. Eles têm capacidade de se

organizar, apresentar questões, propor novos caminhos, além de manter diálogo franco e aberto com outros atores sociais, que efetivamente decidem estratégias e planos de ação.

Segundo Carlos Alberto Máximo Pimenta (2007), em *Juventude, Violência e Políticas Públicas*, é preciso:

[...] oferecer subsídios à formação de políticas públicas de juventude e à formatação de estratégias preventivas direcionadas para reverter a situação sociocultural vivenciada pelos jovens no país. (Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br> – Acesso em 02 de julho de 2009)

É como a caixa de Pandora. Na mitologia grega, Pandora abre a ânfora, permitindo assim que todos os males escapassem ruidosamente. Em pânico, ela tampa a jarra, ainda a tempo de manter a Esperança resguardada em seu interior. Ainda temos fôlego (e criatividade) para reformular as políticas públicas para a juventude brasileira, de modo que atendam mais efetivamente as suas necessidades e promovendo seus direitos.

### **1.3. A linha mestra: o problema e os objetivos (i) geral e (ii) específicos**

Diante da necessidade de conhecer a resposta do Brasil no que se refere à garantia dos direitos juvenis e à promoção de uma vida mais digna para os jovens brasileiros, cabe-nos o seguinte questionamento: como o governo brasileiro por meio da sua estrutura estatal vem buscando solucionar os obstáculos da juventude do Brasil em um mundo cada vez mais globalizado?

Nesse sentido, o presente estudo tem por objetivo geral analisar – em âmbito geral e à luz de expertos na temática – a trajetória das políticas públicas direcionadas à juventude brasileira no atendimento às suas demandas básicas.

Reconhecendo a importância da intervenção do Estado por meio das políticas públicas que são um processo dinâmico, com negociação, pressões, mobilizações, alianças ou coalizões de interesses, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Conhecer problemas decorrentes da inadequada e anacrônica formulação de políticas públicas direcionadas à juventude no país;

- Identificar as causas dessa tendência: interpretação equivocada sobre o que é a juventude; percepção nefasta que inverte o ciclo, tornando os jovens “sinônimos de problema”.
- Recomendar soluções possíveis para reverter o processo de exposição a situações de vulnerabilidade.

Desenvolveu-se neste trabalho uma pesquisa exploratória de natureza qualitativa cujo tema está voltado para as políticas públicas deliberadas para a juventude no Brasil que não têm sido capazes de promover e assegurar condições adequadas para sua efetiva inclusão social. Por fim, com o intuito de responder o questionamento feito, realizou-se um levantamento bibliográfico e a partir daí foi dado o embasamento teórico à análise desenvolvida chegando às considerações e a conclusão do estudo.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1. Contextualização

#### 2.1.1. Um jogo de “cartas marcadas”: os jovens brasileiros x desigualdades socioeconômicas

Na passagem bíblica, o jovem Davi - contrariando todas as expectativas - derrota o lutador Golias, usando apenas uma pequena pedra estrategicamente arremessada contra a testa do gigante filisteu. Os jovens brasileiros, contudo, ainda não dispõem das ferramentas necessárias para enfrentar (e, por que não, derrotar!) as desigualdades socioeconômicas do país. O Brasil tem mais de 170 milhões de habitantes. Metade dessa população é constituída por crianças e jovens com menos de 25 anos. Os dados apresentados a seguir são preocupantes:

[...] Mais de 18 milhões de jovens (estavam) fora da escola e, que desses, quase dois milhões eram analfabetos, 91,9% viviam em famílias com renda per capita de até um salário mínimo e 70% habitavam a região mais pobre do país, a região nordeste [...] O IBGE aponta que dos quase 16 milhões matriculados nas escolas brasileiras, “66,3% estavam na faixa etária entre 15 e 19 anos e 24,3% entre 20 e 24 anos. No ensino superior, apenas 10,9% desse total (BRENNER, et al, 2005, p. 196)

Entre as diversas desigualdades que afetam a juventude no Brasil em relação à educação, “a situação de renda e cor é especialmente determinante” (BRENNER, et al, 2005, p. 196). De acordo com o IBGE, os jovens que vivem em famílias com renda per capita de até  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo tinham, em média, cinco anos de estudo. Em contrapartida, os jovens provenientes de famílias com renda acima de um salário mínimo tinham 9,5 anos de estudo. Fica evidente, portanto, a importância da escolarização no enfrentamento da situação de pobreza. A população negra e parda - com mais de 10 anos de idade - tem em média cinco anos de estudo, contra 7 anos de estudo entre a população branca (BRENNER, et al, 2005, p. 196).

Atualmente, os jovens possuem mais acesso à escolarização formal e nela permanecem por mais tempo; contudo, “a permanência ainda se caracteriza, em larga escala, por reprovações sistemáticas, abandono e evasão que criam graves distorções entre idade ideal e série escolar” (BRENNER, et al, 2005, p. 196).

Quanto à distribuição etária do desemprego, “os índices totais de desemprego chegaram a 27,3% para os jovens entre 15 e 19 anos e 18,9% para os entre 20 e 24 anos de idade. Os jovens representaram 62,2% no montante global dos que perderam emprego assalariado” (BRENNER, et al, 2005, p. 196). Os autores assinalam a seguinte realidade: “dos 17,2 milhões de jovens ocupados, 10,5 milhões tinham entre 20 e 24 anos e apenas seis milhões estavam em empregos formais. Entre os jovens desocupados, aproximadamente 50% deles estavam à procura do primeiro emprego”. (BRENNER, et al, 2005, p. 197).

O alto índice de mortalidade entre os jovens surge como um outro aspecto relevante na discussão sobre a juventude brasileira. Os autores citam dados apresentados na publicação *Mapa da Violência* (2002), da Unesco: “(...) a taxa de mortalidade por homicídio de jovens entre 15 e 24 anos no Brasil era a terceira do mundo, ficando atrás apenas da Colômbia e Porto Rico. Os homicídios, em especial, incidem diretamente sobre a população jovem dos setores mais marginalizados social e economicamente da sociedade brasileira”. (BRENNER, et al, 2005, p. 197).

Outra questão preocupante é a alta incidência de jovens encarcerados. “De um total de 301 mil presos, 65% tem entre 18 e 30 anos de idade. Além disso, “(...) esse contingente é majoritariamente jovem, masculino e de baixa escolarização.” (BRENNER, et al, 2005, p. 197).

Em resumo, os autores chegam à seguinte conclusão: “o quadro demográfico e os indicadores sociais que acompanham a situação da juventude neste início de século são bastante complexos e, em grande medida, dramáticos”. (BRENNER, et al, 2005, p. 198).

## **2.2. Antecedentes: histórico sobre a atuação do Estado na formulação de políticas públicas para a juventude brasileira**

### **2.2.1. Como chegamos até aqui?**

No artigo intitulado *A Arena das Políticas Públicas de Juventude no Brasil: processos sociais e propostas políticas*, Ana Karina Brenner, Patrícia Lânes e Paulo Cesar Carrano (2005) traçam - de forma didática - os antecedentes das políticas nacionais da juventude no Brasil. A esse respeito, destacam três períodos da história relativos às ações governamentais no âmbito federal para a população juvenil, a saber:

- (i) A promulgação da Constituição Federal de 1988 e (ii) do ECA em 1990;
- O segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) de 1999 a 2002;
- O início do governo Lula

Segue abaixo breve resumo, baseado no artigo apresentado pelos referidos autores: (BRENNER, et al, 2005, p. 199 a 209).

#### (i) Da promulgação da Constituição Federal

Na década de 1980 emergiu uma nova noção de cidadania no Brasil, forjada pelas lutas dos movimentos sociais por liberdades democráticas e garantias de direitos. O processo constituinte de 1988, além de alterar as bases constitucionais dos direitos sociais, civis e políticos, provocou um verdadeiro efeito cascata nas Constituições Estaduais, nas leis orgânicas municipais e em sua própria regulamentação legislativa. Esse novo ordenamento, além de incorporar agenda universalista de direitos e proteção social, trouxe como marca exigências legais da participação na formulação de políticas e gerenciamento da coisa pública, acenando, assim, com possibilidades de construção partilhada e negociada de uma legalidade que se orientava para a conciliação entre democracia e cidadania. A nova

Constituição privilegiou a paridade de participação entre governo e sociedade civil em conselhos responsáveis por formular, gerir e estabelecer controle social sobre políticas públicas descentralizadas. A municipalização foi diretriz instituída com o intuito de estimular a participação cidadã no trato da coisa pública. Nesse contexto da ampliação da consciência dos direitos, a sociedade brasileira repensou a fragilidade histórica da situação das crianças e adolescentes, especialmente as oriundas das classes populares. A partir desse momento, a atuação dos movimentos sociais no processo de promoção e monitoramento (controle social) das políticas públicas para a juventude foi determinante.

#### (ii) Da promulgação do ECA

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal no. 8.069, promulgada em 1990) trata-se de um marco legal de um processo prático-reflexivo que se dispôs a transformar o estatuto da minoridade brasileira, especialmente naquilo que se refere aos excluídos socialmente ou em conflito com a lei. (...) além de representar radical mudança de rumo ético-político frente ao antigo ordenamento jurídico-institucional configurado no segundo Código de Menores (1979), gerou estruturas colegiadas nos âmbitos nacional, estadual e municipal (Conselhos nacional, estaduais e municipais de direitos da criança e do adolescente).

Neste sentido, o ECA orienta a formulação de políticas para crianças (0 a 12 anos) e adolescentes (12 a 18 anos), nesse ponto do artigo surge uma questão inquietante segundo Brenner, Lanes e Carrano que é a seguinte:

[...] os jovens acima de 18 anos seguiram sem um marco legal específico de proteção e políticas públicas especialmente destinadas à superação das muitas contradições do desenvolvimento desigual da sociedade brasileira que penalizou, especialmente durante a década de 90, os setores juvenis mais empobrecidos da população. (2005, p. 199 – 200)

#### O segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) de 1999 a 2002

No final da década de 90, contudo - já no segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso -, surgem ações públicas no âmbito

do governo federal destinadas à juventude, em parceria com governos estaduais, municipais e organizações da sociedade civil. Alguns princípios nortearam essas iniciativas, tais como: focalização em populações consideradas em condição de vulnerabilidade e risco social, diminuição do aparato estatal e a realização de parcerias do setor público com os setores privados.

Este foi um momento, não apenas no plano das políticas de juventude, caracterizado por um modelo de administração pública em forte sintonia com os princípios de reorientação da ação do Estado preconizado pelas grandes agências de desenvolvimento social e econômico da globalização capitalista, notadamente o Banco Mundial (BIRD), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Naquela época, o tema juventude eclodiu no governo federal. Ao final de 2002, eram 33 programas e/ou projetos governamentais, dos quais 18 criados no segundo mandato do Presidente Fernando Henrique. Os indicadores sociais do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) auxiliaram na “focalização das ações em segmentos jovens considerados vulneráveis e em situação de risco social”. Contudo, as ações apresentavam certa “fragmentação setorial e pouca consistência conceitual e programática”. (BRENNER, et al, 2005, p. 201).

### O início do Governo Lula

No início do mandato de Luis Inácio Lula da Silva (janeiro de 2003), a temática juventude “não representou (...) prioridade política capaz de superar as ausências, inconsistências e fragmentações dos governos anteriores.” (BRENNER, et al, 2005, p. 201).

Foi apenas em outubro de 2003 que o governo federal gerou uma ação orientada para essa população, o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens (PNPE).



Ressalta-se que, em 2003, diferentes setores sociais, acadêmicos e políticos - já envolvidos com o debate sobre os jovens brasileiros e as políticas a eles destinadas – “se lançaram na arena pública buscando pautar a agenda política com a necessidade de garantia de direitos para a população jovem e a execução de políticas públicas conseqüentes.” (BRENNER, et al, 2005, p. 201).

Nos dois primeiros anos do Governo Lula, algumas ações despontaram no cenário, influenciando o debate sobre as políticas públicas de juventude no Brasil: o Projeto Juventude do Instituto Cidadania (ONG criada em 1991 por Lula e colaboradores e cujo objetivo era formular propostas de políticas públicas quer representassem alternativas ao então governo do Presidente Collor de Melo), a Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude da Câmara dos Deputados (CEJUVENT), destinada a estudar e acompanhar políticas públicas para a juventude, e o Grupo Interministerial de Juventude (GIJ), instalado pelo governo federal para definir uma Política Nacional Integrada de Juventude.

“Hoje, no Brasil, (...) emergem propostas preliminares e delineamento de posições, em alguns casos convergentes e em outros divergentes.” Contudo, um consenso se fez surgir: o da necessidade de criação da Secretaria Nacional de Juventude, “capaz de articular as iniciativas dispersas dos ministérios (vide ANEXO I), propor novas iniciativas e ser referência no âmbito governamental para os diferentes interlocutores das sociedades política e civil.” (BRENNER, et al, 2005, p. 209).

### **2.2.2. Projetos e iniciativas em andamento**

Segundo Marília Pontes Sposito e Paulo César Rodrigues Carrano (2003), em *Juventude e Políticas Públicas no Brasil*, em relação à formulação e implementação de políticas públicas para a juventude brasileira, o Governo Lula herdou desafios robustos e de difícil solução. (Disponível em <http://www.scielo.br> – Acesso em 02 de julho de 2009). Contudo, apesar das dificuldades, vem procurando reparar os danos.

Era preciso, em um primeiro momento, contar com algum tipo de avaliação e/ou um diagnóstico capazes de demonstrar, na realidade, a efetivação das políticas. Havia, contudo, uma completa ausência - na quase totalidade dos programas anteriores - de informações públicas e confiáveis sobre o desempenho das ações (SPOSITO e CARRANO, 2003).

Além disso, havia a necessidade de se:

[...] contribuir efetivamente para a construção de um modo diverso de compreensão dos jovens na sociedade brasileira, a ser expresso tanto sob a forma de políticas públicas democráticas que reconhecem o não-cumprimento de direitos historicamente negados - educação, saúde e trabalho -, como capaz de se abrir para outras modalidades de ação que contemplem novos direitos da juventude (SPOSITO e CARRANO, 2003, p. 37).

Em 2004, o governo federal criou o *Grupo Interministerial da Juventude*, coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República. O GTI (i) produziu um levantamento dos programas federais dirigidos total ou parcialmente para a população jovem; (ii) analisou políticas públicas, dados, estudos e diagnósticos sobre a população jovem do Brasil; (iii) identificou os principais desafios para a nova política; (iv) concluiu pela necessidade de integrar as ações dos vários ministérios e secretarias nacionais que as desenvolvem, e (v) recomendou a criação de um Conselho Nacional de Juventude e de uma Secretaria Nacional de Juventude, vinculados à estrutura da Secretaria-Geral Presidência da República.

A esse respeito, alguns avanços merecem destaque. Seguem abaixo, portanto, as principais iniciativas do governo federal nos últimos cinco anos, tendo como base as informações disponível no *site* <http://www.planalto.gov.br/secgeral/> (Acesso em 02 de julho de 2009).

### Política Nacional de Juventude

Com o objetivo de combater os piores índices de desemprego, de evasão escolar, de falta de formação profissional, mortes por homicídio, envolvimento com drogas e com a criminalidade - no âmbito da população juvenil -, foi instituída a Política Nacional de Juventude, por meio da Medida

Provisória 238 assinada pelo Presidente da República em 1º de fevereiro de 2005 (já aprovada pelo Congresso Nacional e transformada em lei).

No mesmo ato, o Presidente criou o Conselho Nacional de Juventude, a Secretaria Nacional de Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). Pela primeira vez na história, o País passava a contar com uma política de Estado voltada para os jovens.

A implantação da Política Nacional de Juventude é fruto da reivindicação de variados movimentos juvenis, de organizações da sociedade civil e de iniciativas do Poder Legislativo e do Governo Federal. O relatório da Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude da Câmara dos Deputados (CEJUVENT), as conclusões do Projeto Juventude e a criação de secretarias de Juventude em Estados e Municípios confirmam essa tendência.

### Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE

Como instância de interlocução entre poder público e sociedade civil, o Conselho Nacional de Juventude tem a participação do governo, especialmente das áreas que desenvolvem ações voltadas para a população jovem, de organizações e personalidades identificadas com a juventude e com políticas públicas voltadas para a população jovem. É composto de 60 membros, sendo 40 da sociedade civil e 20 do governo federal. Implantado em agosto de 2005, tem como finalidade formular e propor diretrizes da ação governamental voltada à promoção de políticas públicas para a juventude e fomentar estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica juvenil.

### Secretaria Nacional de Juventude

A Secretaria Nacional de Juventude, além do papel de integrar programas e ações do governo federal, é a referência da população jovem no Governo Federal, como ocorre em vários estados e municípios do Brasil (e em vários países que adotam políticas públicas voltadas para a juventude). A secretaria - que não tem status de ministério, mas é ligada à Presidência da República -

integra a estrutura da Secretaria-Geral e é responsável por iniciativas do governo voltadas para a população jovem, levando em conta as características, especificidades e a diversidade da juventude.

### **2.2.3. Sobre a Conferência Nacional de Juventude**

#### **2.2.3.1. Promovendo o diálogo aberto**

O governo Lula, “pela primeira vez na história desse país”, abriu espaço para o debate em torno das políticas públicas na área da juventude. Para consolidar a juventude como uma política de Estado – promovida pelos três níveis da Federação - é fundamental o debate e a participação no âmbito estadual e municipal, com apoio dos poderes públicos, o reconhecimento e o fortalecimento das entidades representativas da juventude. Nesse sentido, a Conferência Nacional de Juventude busca ampliar os canais de conexão da sociedade com as singularidades que distinguem a juventude brasileira.

Com base nos sites <http://www.juventude.gov.br/conferencia>, <http://www.selosefilatelia.com/> e <http://www.planalto.gov.br/secgeral/>, (acessados em 02 de julho de 2009) seguem abaixo informações gerais relativas à conferência:

[...] Promovida pelo Governo Federal e realizada pela Secretaria Nacional de Juventude e pelo Conselho Nacional de Juventude, a Conferência Nacional de Juventude é um espaço de diálogo entre o poder público e a sociedade sobre os desafios do segmento juvenil e quais alternativas devem ser tomadas pelos governos para respondê-los; (...) é um processo no qual jovens e interessados na temática de todo o Brasil se reúnem para discutir a situação da juventude e apontar prioridades de ações e programas a serem desenvolvidos pelo poder público[...].

[...] A primeira edição foi lançada em setembro de 2007. Com o tema “Levante sua Bandeira”, ela debateu três grandes temas: Juventude: Democracia, Participação e Desenvolvimento Nacional, Parâmetros e Diretrizes da Política Nacional de Juventude e Desafios e Prioridades para as Políticas Públicas de Juventude. O objetivo foi promover o direito à participação, fortalecer uma rede social para intensificar as políticas de juventude, indicar ao poder público as prioridades de ações e programas relacionadas ao tema e contribuir para mudar o patamar de compreensão da sociedade sobre este segmento.[...]

[...] O processo contou com conferências estaduais e municipais, pré-conferências e conferências livres - sobre variadas temáticas, envolvendo os mais diferentes segmentos de movimentos e organizações juvenis -, culminando no momento nacional, em Brasília, no período de 27 a 30 de abril de 2008.

### 2.2.3.2. Desdobramentos

De acordo com a avaliação dos pesquisadores Patrícia Lânes e Maurício Santoro, no artigo *Democracia e participação: reflexões a partir da 1ª Conferência de Políticas Públicas de Juventude*:

[...] A 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude é o um dos mais novos frutos da redemocratização do Brasil. [...] é um marco no debate sobre políticas públicas de juventude no país, apesar de não ser o ponto zero do assunto. Desde meados da década de 1990, seja através de organizações não governamentais e movimentos sociais, seja em administrações públicas municipais, o debate vem ganhando força gradativamente. (Disponível em <http://www.uff.br/obsjovem> - Acesso em 02 de julho de 2009).

Os pesquisadores destacam como pontos positivos da Conferência, (i) a construção de diálogos entre o poder público e a sociedade, (ii) maior transparência na formulação de políticas públicas e (iii) circulação aprofundada das informações relevantes. Entre os problemas, Lânes e Santoro apontam:

[...] (i) a baixa influência institucional – algumas organizações tornam-se dependentes de personalidades carismáticas que possam liderar os esforços de articulação; as dificuldades de organizações e movimentos sociais participarem nos vários espaços de debate, devido à escassez de recursos financeiros e humanos; (iii) as possibilidades de manipulação oficial dos processos participativos, utilizando-os para tentar legitimar decisões tomadas de antemão. (Disponível em <http://www.uff.br/obsjovem> - Acesso em 02 de julho de 2009).

Na Conferência foram aprovadas 69 resoluções para as Políticas Públicas de Juventude (PPJs), dentre elas 22 prioridades que deverão ser acompanhadas/monitoradas de forma mais sistemática pelo Conselho e pela sociedade civil organizada como um todo. Os pesquisadores defendem que é hora de “reconhecer quais mecanismos podem ajudar a monitorar a efetivação das resoluções e ampliar a capacidade de sua influência nas pautas governamentais em todos os níveis.” Para eles, a fim de que esse objetivo seja efetivamente alcançado, “será necessária a ampliação dos espaços de articulação da sociedade civil mobilizada a partir desta temática (como fóruns, redes, articulações etc), e (...) maior apropriação de espaços de interlocução

entre poder público e sociedade, como o Conselho Nacional de Juventude.” (Disponível em <http://www.uff.br/obsjovem> - Acesso em 02 de julho de 2009).

A esse respeito, a Conferência é - juntamente com o Conselho Nacional de Juventude - espaço de controle social da Política Nacional de Juventude e de todas as ações governamentais a ela vinculadas. Ganham relevância, portanto, o monitoramento das PPJs existentes e a transformação das resoluções da Conferência em realidade. Contudo, concluem os pesquisadores, “isso só será possível com pressão social permanente e negociação constante entre muitos interesses e perspectivas que conformam o campo das PPJs no Brasil.” (Disponível em <http://www.uff.br/obsjovem> - Acesso em 02 de julho de 2009).

Nesse sentido, alguns aspectos são fundamentais: (i) continuidade e aprofundamento do diálogo em todas as instâncias; (ii) investimento na ampliação desses espaços; e (iii) dar sentido e conseqüência à experiência participativa de milhares de jovens. (Fonte: <http://www.uff.br/obsjovem> - Acesso em 02 de julho de 2009).

### **2.3. Reflexões sobre as políticas públicas brasileiras destinadas aos jovens, à luz de autores, experts e intelectuais da atualidade.**

#### **2.3.1. Principais pontos em comum**

Pimenta (2007) ressalta que “em referência à relação juventude, violência e políticas públicas (...) não há políticas públicas à juventude. Há, sim, um conjunto de ações isoladas, algumas interessantes, outras complicadas, no âmbito do Estado e da sociedade civil, de caráter didático-pedagógico e educacional. Do ponto de vista do conjunto das ações, a juventude, quando considerada um ‘problema social’, traduz-se em minimizar seus movimentos e, ao se tratar da ação repressiva, em disciplinar, pela força e, exemplarmente, por suas ações. Equivale a afirmar que as tendências de elaboração de políticas públicas à juventude permanecem, em grande parte de suas outorgas, na lógica funcional para uma formação ao mercado ou como controle social.”

(Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br> – Acesso em 02 de julho de 2009).

O autor afirma que a preocupação com o tema é recente. “De pouco é que se visa empreender políticas públicas que contemplem interesses e necessidades dos jovens.” Até o final da década de 80, as políticas “direcionadas” para os jovens se limitavam a “ações no campo das instituições educacionais e esportivo-culturais, com práticas didático-pedagógicas de preparação para a vida adulta.” (Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br> – Acesso em 02 de julho de 2009).

Kerbaui (2005) afirma que:

[...] a discussão sobre a questão dos jovens e a institucionalização de políticas públicas de juventude só recentemente avançou no Brasil, apesar dos esforços da Organização Ibero-americana da Juventude (OIJ), a partir dos anos 90, de colocar o tema nas agendas governamentais. Grande parte desse esforço deve-se à visibilidade conquistada pelos jovens, nos processos de democratização, ocorridos na América Latina na década de 80. (2005, p. 193)

A autora lembra que, com relação ao tratamento governamental dados às temáticas relacionadas aos jovens no Brasil:

[...] observa-se que não resultaram, de fato, em políticas públicas, mas num conjunto de programas geralmente desconexos, focalizando grupos de jovens que compartilham determinada condição, tratados quase sempre de forma estereotipada. (2005, p. 193)

Na percepção de Kerbaui, as políticas de juventude implantadas são reparatórias e compensatórias, “em vez de realizarem valores e objetivos sociais referentes ao período juvenil, a fim de promover o desenvolvimento e a construção da cidadania dos jovens.” (2005, p. 194)

A autora também discorre sobre o ECA e a falta de políticas especialmente orientadas para a população juvenil:

[...] Um importante referencial sobre a infância e a adolescência no Brasil é o ECA. Desde sua publicação, em 1990, passou-se a considerar crianças e adolescentes como cidadãos em desenvolvimento, ancorados numa concepção plena de direitos. No entanto, a juventude não surge, nesse contexto, como protagonista com identidade própria, uma vez que parece reforçar imagem do jovem com problema, especialmente em questões relacionadas à violência, ao crime, à exploração sexual, à “drogadição”, à saúde e ao desemprego. A partir dessa concepção limitada, os programas governamentais procuraram apenas – e nem sempre com sucesso – minimizar a potencial ameaça que os jovens parecem representar para a sociedade (2005, p. 194)

Kerbauy alerta que a formulação de políticas públicas de juventude “esbarra na falta de uma agenda que inclua, de fato, as temáticas e os problemas juvenis, e que também contemple os jovens como participantes desse processo, mesmo, de construção das políticas públicas, dos quais serão beneficiados.” (2005, p. 194)

A autora acredita que as políticas públicas adotadas, em busca de integrar socialmente o jovem:

[...] percorrem como que uma única via de mão dupla: incentivam programas de ressocialização vinculados à educação não-formal – por meio especialmente da organização de oficinas ocupacionais, da prática de esportes, da arte e de programas de capacitação profissional. (2005, p. 196)

Kerbauy cita ABRAMO: “muitas vezes não passam de oficinas ocupacionais, ou seja, não logram promover qualquer tipo de qualificação para o trabalho”. (2005, p.196)

Ela também apresenta citações que exemplificam claramente duas tendências no que tange a tentativa de se desenhar políticas públicas para o jovem brasileiro, a saber:

[...] RUA: as políticas públicas em geral, e especificamente as políticas juvenis, no Brasil, são fragmentadas, estão à mercê da competição interburocrática, padecem da descontinuidade administrativa, agem em resposta a certas ofertas e não a demandas específicas, e revelam as clivagens entre sua formulação e a sua implementação. Acrescenta-se, a isto tudo, o fato de que o governo não tem uma proposta clara do papel dos jovens no modelo de desenvolvimento adotado no país. (2005, p. 201)

Mais adiante, Kerbauy faz outra citação:

[...] SPOSITO: além da ausência de expansão das possibilidades de acesso ao sistema escolar e aos projetos voltados para segmentos específicos (jovens excluídos ou em risco social), torna-se evidente (também) a ausência de canais de interlocução com os próprios jovens, destinatários de algumas propostas, mas jamais tidos como parceiros relevantes no seu desenho, implementação e avaliação. (2005, p. 201)

No artigo *Juventude, Cultura, Vulnerabilidade e Políticas Públicas*, Ivonte Santos, Magali Ferreira e Marta Fernandes, afirmam que:

[...] erroneamente, as políticas públicas consideram os jovens apenas como um segmento de seu amplo público-alvo. O Brasil, as políticas públicas voltadas para a juventude se concentram em determinados grupos, na maioria dos casos, os considerados em situações de risco ou envolvidos em conflito com a lei, sem levar em conta as



necessidades, vontades e proposições dos jovens. (Disponível em <http://www.artigonal.com> – Acesso em 02 de julho de 2009)

Sposito e Carrano (2003) lembram que as "ações desarticuladas e a superposição de projetos com objetivos, clientela e área geográfica de atuação comuns, exprimem a frágil institucionalidade das políticas federais de juventude" (p. 30). Os autores expõem a seguinte fraqueza referente à máquina administrativa no Brasil, cujo eco também se faz sentir em outros setores: "as diferenças de concepções, longe de significarem a pluralidade dos que dialogam, revelam a incomunicabilidade no interior (deste aparato)" (p. 30). Eles apresentam uma análise mais aprofundada sobre a questão. "A depender do local de onde partem, os sentidos políticos e sociais das ações mudam; (...) alguns ministérios se dedicam à assistência, alguns pretendem a inclusão dos `jovens carentes` e outros dão um caráter profilático às suas ações, implementando medidas saneadoras para evitar a violência." (p. 31). Ou seja, não há uma integração entre os diversos programas e as ações de teor semelhante são, no mínimo, duplicadas. Se ao menos conseguissem unir esses esforços...

Ainda segundo esses autores, "o Brasil optou por um conjunto diversificado de ações – muitas delas efetivadas na base do ensaio e do erro –, na falta de concepções estratégicas que permitam delinear prioridades e formas orgânicas e duradouras de ação institucional que compatibilizem interesses e responsabilidades entre organismos do Estado e da sociedade civil." (p. 31) Em suma, temos o seguinte resultado: "projetos isolados, sem avaliação, configurando a inexistência de um desenho institucional mínimo que assegure algum tipo de unidade que nos permita dizer que caminhamos na direção da consolidação de políticas e formas democráticas de gestão". (p. 31)

Há precisamente 10 anos, Aldaíza Sposati, em *Políticas sociais nos governos petistas*, escrevia que "o país permanece carente de programas para a juventude e de ação cultural de traço popular, o que também é reivindicado nas grandes cidades, em virtude do alastramento da violência juvenil. Gangues, tribos, turmas e turbas se digladiam por um novo modo de aparecer. A insatisfação e a crítica da juventude passam a compor letras de *rap* que descreve com precisão o abandono do futuro praticado pelos governantes brasileiros". (1999, p. 94)

A seguir, vide transcrição de texto que ilustra de forma incisiva a realidade das políticas públicas para a juventude há 10 anos:

[...] O bem-estar do jovem brasileiro é uma preocupação repetidamente incluída nos variados discursos oficiais e não oficiais veiculados pelos mais diversos níveis de gestão da política social econômica em nosso país. Entretanto, o que se observa, frequentemente, são iniciativas [...] desenvolvidas isoladamente, sem a perspectiva intersetorial e sem uma definição política que garanta a continuidade das mesmas nos vários níveis e alternativas do processo formativo. Essa linha de atuação permite a omissão de parâmetros essenciais no processo decisório de formulação das políticas, e que deveriam se considerados de forma preponderante por terem forte presença no desenho do cotidiano dessa população.(TEIXEIRA, 1999 / p. 93)

### 2.3.2. Principais recomendações

Pimenta (2007) afirma que:

[...] quando se fala em reunir um conjunto de ações para a construção de políticas públicas direcionadas à juventude, não se pode partir de receita pronta e acabada, vinda de cima para baixo. É necessário, sim, tomar alguns cuidados básicos: (i) as ações devem ultrapassar o universo da educação e do esporte, sem a intenção de reprimir a juventude ou suas práticas; (ii) promover ações políticas que valorizem o reconhecimento do outro, do coletivo e da dignidade humana; (iii) resgatar o sentido de um projeto pessoal e coletivo de vida, na experiência juvenil em nossa sociedade. (Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br> – Acesso em 02 de julho e 2009)

Kerbauy (2005), por sua vez, aponta que ainda há um longo caminho a ser percorrido. É necessário transformar em políticas públicas as políticas de governo para a juventude, “constituídas e implementadas a partir de um espaço público que contemple o Estado e a sociedade civil, abandonando a lógica das políticas estatais.” (p. 201)

É preciso romper com a setorização das políticas de juventude e com a visão estigmatizada ou utilitarista da condição juvenil, além de estimular uma melhor relação entre a sociedade civil e os jovens, promovendo a participação dos jovens na construção de sua cidadania.

Sposito e Carrano (2003) recomendam que “é preciso avançar para além das doutrinas segurança pública e de assistência social no trato com as políticas públicas federais orientadas para os jovens”. (p. 37) Os autores entendem que sem negligenciar as diversas dificuldades que permeiam a ampliação dos recursos orçamentários para as políticas públicas sociais, o

maior desafio ainda é “inscrever as políticas públicas em uma pauta ampliada de direitos públicos de caráter universalista”. (p. 37). Eles concluem que “essas orientações devem pressupor os jovens como sujeitos dotados de autonomia e como interlocutores ativos na formulação, execução e avaliação das políticas a eles destinadas.” (p. 37)

Irene Rizzini, em *O Século Perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*, lembra que:

[...] se a questão infanto-juvenil é estratégia no mundo, no Brasil, a simples constatação do peso da sua presença na composição demográfica a torna central à definição de uma política de escopo geral, voltada para o desenvolvimento do país em moldes socialmente justos e politicamente democráticos. [...] E arremata: Sem isso, não chegaremos confortavelmente ao futuro. (2008 – Introdução)

A autora afirma que visibilidade pública e “parâmetros analíticos capazes de tornar mais eficientes os investimentos de recursos e de pessoas na área da juventude” são fundamentais. Mais adiante, Rizzini argumenta que “a difícil tradução de um problema social em um enunciado político que agregue atores responsáveis e mobilize a sociedade civil depende, sempre, do trabalho de coordenação intelectual de uma agenda elaborada para esse fim”. (2008 – Introdução).

Em *Vidas de Rua – crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis*, Irene Rizzini entende que não existe solução rápida e fácil para melhorar as condições de vida de grande parcela da população que hoje sobrevive com dificuldade. A autora acredita que “questão econômica por si só não resolverá todos os problemas. Entretanto, a melhoria neste setor, refletida em condições dignas de emprego e renda, bem como em políticas e práticas que reduzam a atual desigualdade social e econômica no país, certamente tiraria da rota das ruas, da marginalidade e do trabalho precoce um grande número de (jovens)”. (2003, p. 273).

Para esse fim, Rizzini (2003) sugere alguns caminhos de reflexão e ação:

- a) **Colocar a questão na pauta de prioridades da agenda política nacional**

Faz-se mister a mobilização de recursos para priorizar a questão na agenda política do país e medidas claras que visem ampliar as oportunidades para jovens em comunidades de baixa renda e mecanismos de apoio aos adultos que têm nas mãos a responsabilidade de zelar por eles.

#### **b) Participação efetiva na busca de soluções**

Contrariando a tradição histórica brasileira de paternalismo, assistencialismo e centralização de poderes na alocação de recursos que visem o bem-estar da população, é fundamental envolver e escutar os vários atores na identificação e priorização dos problemas e na busca de soluções. Isso implica na mudança de atitudes e práticas autoritárias que vigoraram no país durante séculos. O estabelecimento de processos participativos na identificação e gestão de questões que preocupam determinados grupos e localidades é uma tendência que vem sendo valorizada no Brasil e se fortalecendo mundialmente.

#### **c) Uso da pesquisa e da experiência acumuladas para subsidiar a ação**

É fundamental não subestimar o que já se sabe e levar em consideração toda a experiência acumulada historicamente no país para decidir como enfrentar os problemas considerados prioritários. Deve-se utilizar as informações disponíveis, assim como as reflexões e análises por parte de inúmeros profissionais que conhecem o problema.

#### **d) Formulação e implementação de políticas e práticas**

Com base em pesquisa aplicada, envolvendo a participação de múltiplos agentes, amplia-se em muito a possibilidade de formulação e implementação de políticas e práticas que efetivamente respondam aos problemas identificados. Sejam quais forem as perguntas e que formas se escolha para respondê-las, não há como fugir da necessidade de estabelecer as diretrizes de uma política ampla que promova o desenvolvimento integral dos jovens brasileiros. (p. 274)

Sposati (2009) recomenda que o que se faz – em termos de políticas públicas:

[...] tem que durar para além dos momentos em que estamos no governo [...] a política social não deve ser somente realizada pelo governo, mas tem que ser disputada na população, para que politicamente mesmo que o segmento que não está sendo imediatamente incluído, que não vai usar aquela escola ou aquele programa, entenda e incorpore a necessidade de ter aquela atenção [...] isso tem que ser conquistado na sociedade, senão não alternamos a cultura política dessa sociedade e a ação fica como `coisa do PT` e não, como deveria ser, de outra cultura solidária de civilidade [...] (p. 87)

A autora alerta quanto a necessidade da sociedade alterar valores, “passando a abraçar aqueles favoráveis à universalização da cidadania.” (p. 87)

### 3. METODOLOGIA

#### 3.1. Sobre a pesquisa exploratória

A metodologia de pesquisa utilizada neste trabalho é a pesquisa qualitativa e exploratória. De acordo com Hortência de Abreu Gonçalves, em *Manual de Metodologia da Pesquisa Científica*:

a pesquisa exploratória é utilizada no momento em que o pesquisador entra em contato com as fontes de coleta de dados, alcançando 'maior familiaridade' com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses (GIL, 1999-pg.41),[...] que facilitam seu encaminhamento e realização.

Trata-se de um tipo de pesquisa onde seu planejamento é flexível, permitindo – dessa forma – o estudo do tema sob diversos aspectos. A pesquisa exploratória geralmente envolve o levantamento bibliográfico e a análise de exemplos que “estimulem a compreensão” (SELLTIZ, et al. 1967)

A fim de se obter uma maior compreensão sobre como este trabalho foi realizado, é preciso conhecer alguns conceitos básicos. Segundo Alfredo Boente e Gláucia Braga, em *Metodologia Científica contemporânea para universitários e pesquisadores* monografia é:

[...] um texto que versa sobre um determinado assunto, a partir do qual se desenvolve idéias, conjeturando juízos acerca de um determinado (tema), fruto de sua pesquisa e interpretação das informações provenientes da mesma. [...] Esta modalidade de pesquisa apresenta dados históricos sobre o tema abordado, bem como o desenvolvimento deste tema até a contemporaneidade. (2007, p. 19)

Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi, em *Técnicas de Pesquisa* afirmam que:

[...] monografia é uma consequência da investigação científica, que exige tratamento reflexivo. [...] a característica essencial da monografia não é a extensão [...], mas o caráter do trabalho (tratamento de um tema delimitado) e a qualidade das tarefas (o nível da pesquisa que está intimamente ligado aos objetivos propostos para a sua elaboração). (2008, p. 224)

Segundo Jeferson Franco e Ana Franco, em *Como elaborar trabalhos acadêmicos nos padrões da ABNT aplicando recursos de informática*, monografia é “uma exposição profunda de um assunto específico, sendo investigado cientificamente, buscando o entendimento científico sobre tal

assunto”. (2006, p. 108) Eles descrevem como características de uma monografia (i) a sistematização e a completude, (ii) unidade temática, (iii) investigação pormenorizada e exaustiva dos fatos, (iv) profundidade, (v) metodologia, (vi) originalidade.

Ainda de acordo com esses autores, quanto à estrutura, a monografia compreende os seguintes itens:

- Introdução: apresenta a importância do assunto ou a questão a ser solucionada;
- Corpo (Desenvolvimento): compreende os capítulos, explicação, discussão e demonstração;
- Conclusão: retoma as pré-conclusões anteriores expostas, reforçando a linha do pensamento que sustenta o texto. Obs: vale lembrar que as conclusões não são um resumo do trabalho; elas basicamente repetem, organizam e reforçam os resultados da análise e avaliação.

Na construção do texto, costuma-se filtrar as informações a serem aproveitadas. Esta seleção é realizada mediante uma indicação do caminho a seguir, estabelecendo um plano de ação (um passo a passo) até se concretizar o objetivo. (BOENTE e BRAGA, 2007 – p. 19).

Aidil Barros e Neide Lehfel, em *Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas*, apontam que “o levantamento e seleção de uma bibliografia concernente (é) pré-requisito para a construção e demonstração das características de um objeto de estudo”. (1990, p. 30).

De acordo com Boente e Braga (2007), quanto ao tipo de pesquisa utilizada na elaboração de trabalhos dessa natureza, temos as seguintes características principais:

- A pesquisa exploratória é aquela que busca explorar, investigar um fato, um fenômeno ou novo conhecimento sobre o qual se tem pouca informação e/ou conhecimento.
- A pesquisa bibliográfica é o ponto de partida de toda a pesquisa; trata-se do levantamento de informação feito a partir do material coletado em livros, revistas, jornais, artigos, sites da Internet e outras fontes escritas

devidamente publicadas. “Esse levantamento é feito a partir de fontes primárias que ocorre quando o pesquisador remete-se à obra direta do autor, em seu original, e secundária, quando o pesquisador remete-se à obra a partir da leitura de um outro autor que escreve sobre o assunto abordado.” (p. 19)

Barros e Lehfeld (2006) afirmam que o trabalho de pesquisa “requer imaginação criadora, iniciativa, persistência, originalidade e dedicação do pesquisador.” (p. 30). Entretanto, alertam que a pesquisa científica:

[...] não pode ser fruto apenas da intuição do indivíduo, exigindo a admissão de procedimentos metodológicos e de técnicas, e que o método deve ser visto como uma orientação, uma indicação do caminho, e não como um roteiro formal forçado que conduz a resultados autocráticos. (p. 30).

Na opinião de Lakatos e Marconi (2008), a monografia “implica originalidade, mas até certo ponto, uma vez que é impossível obter total novidade em um trabalho” dessa natureza. (p. 224).

Ainda a esse respeito, Franco e Franco (2006) entendem que “diferentemente da tese e da dissertação, a monografia não é defendida, e sim, apresentada.” Ou seja, as idéias dos especialistas e/ou autores selecionados para constar do trabalho “são apenas apresentadas e não discutidas ou criticadas.” (p. 108)

Esta monografia é, portanto, o resultado de (i) uma vasta pesquisa bibliográfica em torno do tema Juventude e (ii) reflexões acerca das opiniões e estudos de especialistas sobre a temática juvenil.



## 4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

### 4.1. Colhendo o fruto amargo

Após vários anos de crescimento econômico ascendente, o país desacelerou. Isso provocou um agravamento em importantes indicadores macroeconômicos tais como emprego, renda, dívida externa e interna. A crise de financiamento do Estado tornou precárias “as políticas sociais universais, com extensão insuficiente e perda de qualidade nos serviços públicos, agravando as condições de atenção às necessidades básicas dos mais pobres” (em *Adolescência: Escolaridade, profissionalização e renda: propostas de políticas públicas para adolescentes de baixa escolaridade e baixa renda*, 2002 – p. 4).

Os jovens provenientes de famílias de baixa renda são aqueles cujos efeitos de uma escolaridade de baixa qualidade, do desemprego, da morbidade e de oportunidades limitadas se fazem sentir mais profundamente.

Kerbauy (2005) aponta que “o imaginário social continua associando a juventude à transgressão, à curiosidade, às buscas fora dos referenciais de normalidade, sem atentar para a tentativa angustiada dos jovens de serem incluídos, ouvidos e reconhecidos como membros da sociedade em que vivem”. (p. 196).

O senso comum, no entanto, continua representando a juventude de modo negativo, por meio de estigmas e estereótipos. A depender do contexto sócio-político e econômico do qual se originam, os jovens são considerados perigosos, marginais, alienados, irresponsáveis, desinteressados ou desmotivados, e cada vez mais relacionados à violência e aos desvios de conduta (os arrastões, ... as gangues, e os atos de vandalismos). (p. 201)

A sensação de fracasso experimentada pela população jovem - especialmente aqueles provenientes dos setores mais marginalizados social e economicamente da sociedade brasileira - diante de uma trajetória escolar cambaleante comumente abre caminho para “alternativas de mercado” pouco dignas, perigosas e estigmatizantes, tais como o tráfico de drogas e a prostituição. No Brasil, o índice de mortalidade entre os jovens é muito elevado.

## 4.2. Um passado sombrio: as políticas públicas para a juventude em farrapos...

[...] Apesar de significativo aumento da população juvenil brasileira na virada do século, o Brasil não se preparou para atender às necessidades básicas desses brasileiros. Faltam-lhes escolas de boa qualidade, segurança, emprego e políticas públicas que visem à melhoria da qualidade de vida. (SANTOS, FERREIRA e FERNANDES – Disponível em <http://www.artigonal.com> – Acesso em 02 de julho de 2009)

As políticas públicas destinadas à juventude brasileira “são recentes e pouco consistentes”. Segundo pesquisa sobre as políticas federais realizada em meados da década de 90 por Maria das Graças Ruas, naquele momento não havia:

[...] destinação específica para o público jovem, uma vez que as mesmas eram dirigidas ao conjunto da população. Em seu estudo considerou que o conjunto de programas e projetos que atingia os jovens não se constituía como uma verdadeira política pública, mas sim, como um certo ‘estado de coisas’ que não conseguiu alçar a condição de problema de natureza política e tampouco ocupar significativamente a agenda pública.” (BRENNER, et al, 2005, p. 200)

O Estado promovia ações e iniciativas, “sem, contudo, conformar um sistema de políticas públicas integradas, que considerem as características e necessidades próprias dos adolescentes como sujeitos de direitos.” (em *Adolescência: Escolaridade, profissionalização e renda: propostas de políticas públicas para adolescentes de baixa escolaridade e baixa renda*, 2002 – p. 32).

Embora se reconheça o esforço realizado pelo Estado nos últimos anos, durante muito tempo, as políticas públicas no campo da educação, da inserção no mundo do trabalho, da cultura, da saúde e da assistência social não foram capazes de responder às demandas de um grande contingente de jovens de baixa renda e baixa escolaridade. Em que pese às metas governamentais definidas a cada ano, os programas sofriam com a ausência de continuidade garantida. A consequência é perversa: uma população de jovens relegada - em grande medida - à exclusão ou a uma “inclusão parcial”.

### 4.3. “Se não tem vento, reme!”

Assim como o poeta amazonense Thiago de Mello acreditava não ter um caminho novo, mas - sim - um jeito novo de caminhar, fazer políticas públicas no Brasil é um ato contínuo do reinventar-se.

É preciso levar em conta a diversidade de situações que atingem os diferentes segmentos sociais afetadas pela pobreza. “Essas situações requerem a definição e implementação de políticas públicas que, de maneira intencional e direcionada, tenham como foco o combate à pobreza e correção das desigualdades instaladas no seu interior” (p. 4), segundo o Grupo Técnico para Elaboração de Propostas de Políticas para Adolescentes de Baixa Escolaridade e Baixa Renda (2002). E seus integrantes complementam: (é necessário) “reconhecer os adolescentes, na diversidade que os caracteriza, como grupo a ser privilegiado pelas políticas sociais das mais diferentes esferas de governo.” (p. 4).

Não é possível refletir sobre o jovem isolando-o da sociedade em que está inserido. (...) É preciso admitir que existem diferentes formas de considerar os jovens, como há diferentes maneiras de eles se afirmarem como sujeitos, levando em conta – inclusive – diferentes organizações sociais de referência, a exemplo da escola, a família, o Estado e a mídia. (SANTOS, FERREIRA e FERNANDES – Disponível em <http://www.artigonal.com> – Acesso em 02 de julho de 2009

A descoberta do jovem da sua condição de sujeito de direito faz parte de um processo de educação para a cidadania. “Em meio a esse processo busca-se trabalhar a (re) construção de valores como responsabilidade social e solidariedade, abrindo, assim, uma perspectiva de enfrentamento à violência e exclusão social que marcam o universo de vida destes jovens.” (SANTOS, FERREIRA e FERNANDES – Disponível em <http://www.artigonal.com> – Acesso em 02 de julho de 2009).

A juventude brasileira deve ser considerada como uma população particularmente vulnerável, cujas necessidades básicas demandam políticas públicas urgentes a fim de que promovam “a garantia de direitos sociais historicamente sonegados” (BRENNER, et al, 2005 – p. 195).

É premente uma ampla conjugação de esforços visando ao atendimento integral das necessidades dos jovens brasileiros, com a participação de ONGs, organismos da administração pública federal, estadual e municipal, sindicatos,

confederações de trabalhadores, sistemas de formação profissional, sociedade civil e organismos internacionais. Essa diversidade de atores envolvidos em um processo de reflexão conjunta certamente traz visões complementares capazes de construir propostas para a inclusão social dos jovens de baixa renda e escolaridade e sua afirmação como sujeitos de direitos.

Há necessidade de se garantir a intersetorialidade - e uma articulação mais contundente - entre as políticas públicas de educação, saúde, cultura, formação profissional, renda, emprego.

A fim de melhorar as condições de inclusão da juventude na vida sócio-política do país:

[...] torna-se essencial criar e consolidar redes de proteção social, ao mesmo tempo em que se avança na criação de condições sociais e políticas de fortalecimento da organização juvenil em bases democráticas, potencializando todos os instrumentos e ações que possam contribuir na perspectiva da participação desses jovens (BRENNER, et al, 2005 – p. 199).

Ainda que haja divulgação, diálogo e aprimoramento da Política Nacional de Juventude, visando à promoção do direito à participação dos sujeitos dessa política, não basta somente a atuação do Estado. Todos os seguimentos sociais devem responsabilizar-se pela forma como tratam seus jovens. Há que se intensificar as parcerias e estabelecer ações conjuntas e complementares. É importante que a família, a escola e demais organismos sociais sejam capazes de lançar aos jovens “um olhar diferenciado, ouvindo-os e dando-lhes a oportunidade de atuarem como sujeitos nas diversas instâncias da sociedade”. (SANTOS, FERREIRA e FERNANDES – Disponível em <http://www.artigonal.com> – Acesso em 02 de julho de 2009)

De acordo com Brenner, Lãnes e Carrano (2005), as discussões em torno desta temática no Brasil não podem prescindir de uma análise mais apurada das experiências latino-americanas onde “a criação de órgãos executivos, de participação ou legislações não foi suficiente para garantir a efetividade, a democratização e a transparência das ações relacionadas com as políticas públicas de juventude.” (p. 211).

No caso do Brasil, há que se observar uma questão de cunho, digamos, “nevrálgico”. É preciso considerar que:

[...] as decisões envolvendo a implementação de políticas são amplamente produto de conflitos em torno do destino de recursos e de bens públicos limitados, ocupando um espectro amplo de negociações e de formação de consensos (SPOSITO e CARRANO, 2003 – p. 18)

Sposito e Carrano (2003) lembram que:

[...] projetos e programas são concebidos na esfera federal (por servidores públicos e agentes de ONGs consorciadas) e executados por municípios que, ansiosos por verbas federais, não questionam diretrizes, métodos e metas pré-fabricadas [...]. E mais, ainda que as políticas sejam executadas de forma descentralizada, os órgãos federais se constituem num poderoso indutor não democrático de políticas que conformam os programas localmente, apesar da delegação de verbas e responsabilidades. (p. 31 – 32)

Para além desse jogo de forças, é preciso buscar uma racionalização orçamentária e administrativa das ações já existentes e “superar o histórico de fragmentação, superposição e dispersão das políticas públicas” destinadas à população juvenil. (BRENNER, et al, 2005 – p. 205).

#### **4.4. Retomando a questão**

Há, porém, uma luz no final dessa história. Brenner, Lãnes e Carrano (2005) apontam que:

[...] a mobilização nacional em torno de políticas de juventude tem animado redes locais de participação, gerado práticas e reflexões relacionadas aos direitos e às políticas públicas de juventude [...] A CEJUVENT, o Projeto Juventude, o GIJ como exemplos de iniciativas resultantes da articulação de redes, movimentos e organizações sociais, fóruns locais e poderes públicos que necessitam seguir um diálogo aberto para aprimorar processos e gerar produtos na forma de políticas públicas adequadas às reais necessidades da juventude brasileira. (p. 211)

A Política Nacional de Juventude responde - em parte - à questão proposta no início deste trabalho: como o governo brasileiro por meio da sua estrutura estatal vem buscando solucionar os obstáculos da juventude do Brasil em um mundo cada vez mais globalizado?

Houve um tempo em que os programas e projetos eram “superpostos e fragmentados, tendo como foco o indivíduo, negligenciando o seu espaço privilegiado que são a família e a comunidade” (AZEVEDO, 2002 – p. 245). Ações pulverizadas e sem a devida articulação costumam render resultados pouco significativos.

Os jovens brasileiros não contavam com ações especialmente voltadas para eles. Na verdade, eles eram abrangidos por:

[...] políticas sociais destinadas a todas as demais faixas etárias, e tais políticas não estariam sendo orientadas pela idéia de que os jovens representariam o futuro em uma perspectiva de formação de valores e atitudes das novas gerações (SPOSITO e CARRANO, 2003, p. 17)

Além disso, a inexistência de canais democráticos - em relação às ações orientadas para os jovens - não garantia espaços para debates e nem a participação na formulação, acompanhamento e avaliação dessas ações.

A partir de 2000, esse cenário se altera. Algumas iniciativas destinadas à população juvenil são promovidas na parceria entre instituições da sociedade civil e instâncias do Poder Executivo em nível federal, estadual e/ou municipal.

Ora, “em um governo verdadeiramente democrático, o planejamento de seus projetos sociais deve ser constituído após uma cuidadosa auscultação dos interesses públicos e da vontade popular.” (NUMAN, 1960 – p. 31).

Ao que parece, o Governo Lula criou um precedente, ao implementar uma política específica destinada à expressiva população juvenil brasileira, a Política Nacional de Juventude. Em resposta às reivindicações da sociedade civil, dos movimentos juvenis, de ONGs, de organismos internacionais, da iniciativa privada, etc. -, o atual governo criou uma política onde suas ações programáticas são especialmente voltadas para os jovens.

As “(...) políticas sociais (...) podem se constituir em instrumento de emancipação à medida que garantem o acesso à cultura (por meio fundamentalmente da educação), à tecnologia, à saúde, etc, - sem o que não há cidadania e desenvolvimento econômico – e contribuem para a superação de qualquer forma de discriminação. Insistimos, nesse caso, em afirmar políticas (e não somente ações pontuais ou espetaculares) voltadas para a inclusão e para a superação das desigualdades” (ROCHA, 1999, p. 118)

Em 2003, Marília Pontes Sposito e Paulo César Rodrigues Carrano publicaram o artigo *Juventude e políticas públicas no Brasil*, onde apresentaram um balanço das políticas públicas destinadas aos jovens brasileiros. Na ocasião, eles assinalaram que era necessário avaliar ações e iniciativas de governos anteriores a fim de “evitar práticas que reiterem alguns dos desacertos evidentes das orientações anteriores”. Ou seja, aprender com os erros do

passado, dialogar com o outro, traçar novas estratégias, manter e/ou “repaginar” o que deu certo. Os autores afirmaram que:

[...] o país também convive com mudanças expressas nas políticas de juventude que nascem de iniciativas municipais diversificadas e poderão confluir para a construção de um novo paradigma em torno da questão”. E concluem, mais do que nunca, orientações que integrem esses caminhos poderão contribuir para o nascimento de novas percepções em torno dos direitos da juventude. (2003, p. 16)

## 5. CONCLUSÃO: Desafios e Perspectivas

*Eu sou aquilo que consegui fazer com o que fizeram de mim. (Sartre, 1987)*

No Brasil, a juventude não era considerada um segmento específico pelo governo e suas ações até final da década de 80. A lei 8.069, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sancionada pelo então Presidente da República, Fernando Collor de Mello, modernizou e atualizou o debate em torno da questão. Em 13 de julho de 1990, os direitos de crianças e adolescentes brasileiros eram finalmente reconhecidos como prioridade no país.

Contudo, fazer a lei “pegar”, “sair do papel”, é uma outra conversa.

[...] O ECA estabelece que os governos municipais, estaduais e federal implantem políticas públicas voltadas diretamente aos direitos da criança e do adolescente, com prioridade absoluta. No entanto, muitos projetos sociais ainda estão aquém do desejado, seja por falta de verba ou de vontade política, embora o número de ações tenha aumentado nos últimos anos. (Fonte: <http://www.girassolidario.org.br> – Acesso em 02 de julho 2009)

Naquele momento (tanto como agora!), a atuação de organismos internacionais (Ex: UNICEF e UNESCO), ONGs, sociedade civil organizada e iniciativas privadas – que elegeram os jovens como um dos alvos prioritários de suas ações – como mecanismos de pressão foi decisiva. Era prioritário que o Estado verdadeiramente reconhecesse a importância da questão, não somente apoiando projetos sociais, mas assumindo a juventude como assunto estratégico e de interesse nacional.

Não bastava criar projetos enquanto a juventude fosse vista pelo Estado como um “problema”. Era preciso mudar esse paradigma e imprimir um novo olhar sobre a condição de ser jovem em um país que ainda não havia aprendido a promover uma vida mais justa para a população infanto-juvenil. Era preciso mudar o foco dos projetos governamentais destinados aos jovens: desfazer-se das políticas de controle e prevenção (que tradicionalmente forjaram o atendimento aos jovens em situação de risco, a exemplo dos programas esportivos e culturais para preencher o tempo livre dos rapazes e os



projetos para evitar que as moças engravidassem). Era preciso derrubar esse enfoque tutelar.

De acordo com o Grupo Técnico para Elaboração de Propostas de Políticas para Adolescentes de Baixa Escolaridade e Baixa Renda:

[...] É fundamental dissociar a adolescência de aspectos negativos relacionados a crise, transgressão e risco". Segundo seus integrantes, "para fazer frente à uma concepção estigmatizante e reducionista sobre o significado social e humano dessa fase da vida (juventude), as políticas públicas devem pautar-se pelo reconhecimento dos adolescentes como sujeitos de direitos e portadores de capacidades e potencialidades das quais a sociedade não pode prescindir. (2002, p. 7)

A consolidação da agenda internacional e a crescente articulação da sociedade civil brasileiro em torno das questões juvenis transformou o "problema" em "solução". Na década de 90, o termo "protagonismo juvenil" contextualizava os jovens de maneira individual e preconizava que apenas pela mudança de comportamento eles poderiam ser atores fundamentais das mudanças sociais (Ex: engajamento comunitário). Hoje, a concepção é mais abrangente: os jovens podem ser considerados como agentes estratégicos de desenvolvimento. (Fonte: Revista da 1ª. Conferência Nacional de Juventude: Documento Base, 2007 – p. 7).

A crença equivocada de que a juventude é um problema resulta em um tipo de política pública onde o jovem deve ser controlado tanto em suas manifestações quanto em seu comportamento. Há, portanto, uma clara (e grave) violação de direitos.

Contrariando o senso comum, os jovens são, sim, capazes de identificar o tipo de necessidade a ser atendida e de desenvolver suas competências; sua participação pode ser uma valiosa contribuição na promoção de seus direitos (e da sociedade como um todo) e de melhores condições de vida; para tanto, é preciso valorizar suas competências e capacidade de superação e estimular a expressão de suas percepções e a defesa de seus direitos.

Entretanto, não se pode descartar o óbvio. Fazer políticas públicas em um país de dimensões continentais não é tarefa fácil. A realidade da juventude brasileira é muito diversa. Em cada região, estado e município deparamo-nos com jovens em condições de vida muito diferentes, cada um com demandas muito específicas. Como definir o que é importante ou mais urgente em um

país com cerca de 8 milhões de adolescentes cujos níveis de renda e escolaridade limitam suas condições de desenvolvimento?

Há quem afirme que o modelo econômico adotado nas últimas décadas provocou a exclusão social de jovens brasileiros. Sem acesso aos serviços públicos básicos, crianças e adolescentes - principalmente aqueles de baixa renda – tiveram seus direitos mais fundamentais e sua cidadania ceifados.

[...] As origens históricas e a persistência da pobreza e das desigualdades, ao longo dos diversos ciclos de crise e desenvolvimento do país, fazem com que o imaginário social assimile tal situação como fato natural. Entretanto, a existência de vários países com renda per capita inferior à brasileira e indicadores sociais mais favoráveis denunciam o caráter excludente do nosso modelo de desenvolvimento. (EM *ADOLESCÊNCIA: ESCOLARIDADE, PROFISSIONALIZAÇÃO E RENDA: PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ADOLESCENTES DE BAIXA ESCOLARIDADE E BAIXA RENDA*, 2002 – p. 4)

Existia uma desarticulação entre as políticas públicas, além da falta de coordenação em nível nacional capaz de equilibrar as desigualdades regionais. Esses fatores limitaram o potencial das iniciativas governamentais. A desconsideração de especificidades relativas à vida dos jovens no meio rural ou urbano, aliadas às questões de gênero e raça, “faz com que as próprias políticas de proteção social reproduzam as desigualdades instaladas no interior da pobreza.” (em *Adolescência: Escolaridade, profissionalização e renda: propostas de políticas públicas para adolescentes de baixa escolaridade e baixa renda*, 2002 – p. 32).

Em última análise, qual é o papel do Estado? Dentre outros, o de conduzir projetos de desenvolvimento nacional democráticos e efetivamente inclusivos. Em que pese o contexto de exclusão social vivenciado por milhões de crianças e adolescentes brasileiros, espera-se que as políticas públicas de juventude estejam orientadas justamente para a diminuição das desigualdades. As graves desigualdades sociais, associadas a variáveis socioeconômicas, raciais e regionais indicam a necessidade de implementação de políticas especiais destinadas a atender subgrupos em situação de desvantagem, em especial os jovens provenientes de famílias de baixa renda.

A partir da implementação da Política Nacional de Juventude - lançada pelo Governo Lula em 2005 e sustentada pelo trinômio: Secretaria Nacional de Juventude, Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e o Programa

Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) -, o tema Juventude ganhou maior visibilidade no cenário público. De acordo com o Documento Base da Revista da Conferência Nacional da Juventude (2007, p. 18), “o governo vem implementando e aprimorando serviços, programas, projetos e ações em diferentes ministérios, orientados pelos paradigmas que consideram os jovens como sujeitos de direitos e importantes para o desenvolvimento nacional.” O governo Lula vem investindo em materiais didáticos para ensino médio, bolsas de estudo para universitários, oportunidades de formação profissional e de inclusão no mercado de trabalho, implantação de espaços culturais e crédito para a juventude rural (vide ANEXO II).

Em 5 de setembro de 2007, o Presidente Lula lançou o programa ProJovem Unificado, que integra quatro iniciativas já existentes, resultando em quatro subdivisões, a saber: Projovem Urbano, Projovem Campo, Projovem Trabalhador e Projovem Adolescente (vide ANEXO III).

O ProJovem Unificado é um programa ambicioso. Com investimentos em torno de 5,4 milhões de reais em ações integradas a fim de gerar oportunidades e assegurar os direitos da juventude, a meta do governo é atender 4,2 milhões de jovens até 2010.

Na ocasião, o Secretário Nacional da Juventude, Sr. Beto Cury, ressaltou que:

[...] existem atualmente 4,5 milhões de jovens entre 15 e 29 anos no Brasil que estão fora da escola, desempregados e não concluíram o ensino fundamental. É para eles que apresentamos este programa”. (Fonte: <http://www.projovem.gov.br/> - Acesso em 02 de julho de 2009)

O Ministro-Chefe da Secretaria Geral da Presidência, Sr. Luiz Dulci, também se pronunciou em relação ao novo programa.

[...] a juventude pode não apenas receber apoio do Estado, mas também tem muito a contribuir com o país. Os jovens sempre estiveram na linha de frente dos momentos históricos do país. Queremos transformar a juventude em uma política de Estado, mais do que em uma política apenas de governo. (Fonte: <http://www.projovem.gov.br/> - Acesso em 02 de julho de 2009)

Segundo avaliação do Governo Federal, as iniciativas em andamento promovem impacto positivo na vida de milhões de jovens brasileiros. Contudo, ainda há muito que avançar. É preciso “dar um salto na escala de atendimento, otimizar recursos, aumentar a eficácia e reforçar a integração as ações entre os

ministérios.” (Revista da 1ª. Conferência Nacional da Juventude: Documento Base, 2007 – p. 18).

Para além de nossas fronteiras geográficas, também é preciso estudar e compreender as experiências de nossos países vizinhos. Brenner, Lãnes e Carrano (2005) propõem que:

[...] a atenção ao malogro de determinadas experiências (na América Latina) faz com que atores importantes nesse processo digam com cautela, ou veja com desconfiança, propostas de atalho para a invenção de novos organismos públicos para as políticas públicas no Brasil. (p. 211)

Em suma, é preciso aprender com as experiências do passado. Trocar o pneu com o carro em movimento é tarefa árdua. O momento exige reflexão, foco, flexibilidade, adaptação e uma boa dose de criatividade na formulação de políticas públicas capazes de efetivamente atender às demandas dessa parcela tão abrangente da população brasileira. No atual contexto globalizado, “torna-se cada vez mais evidente a necessidade de novos parâmetros na definição dos objetivos e metas de um planejamento intersetorial de políticas públicas, priorizando as necessidades mais imediatas da população no centro do processo global de desenvolvimento” (TEIXEIRA, 1999 – p. 108).

Diferentemente dos governos passados, o Governo Lula entendeu que é preciso municiar a construção de políticas públicas com maior assertividade e consistência (a fim de garantir continuidade, independentemente da mudança de governo), pois sem uma rede de proteção social fortalecida, pouco se poderá fazer para se efetivar os direitos dos jovens brasileiros.

**Referências:**

**Adolescência: Escolaridade, profissionalização e renda: propostas de políticas públicas para adolescentes de baixa escolaridade e baixa renda.**

Grupo Técnico para Elaboração de Propostas de Políticas para Adolescentes de Baixa Escolaridade e Baixa Renda, 2002.

AZEVEDO, Nelma. **Rede de Solidariedade – uma nova perspectiva: por uma nova política de assistência.** In: *Agenda Pública – drama social* - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2002.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira ; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas.** Petrópolis/RJ: Vozes, 1990.

BOENTE, Alfredo; BRAGA, Gláucia. **Metodologia Científica contemporânea para universitários e pesquisadores.** Rio de Janeiro: Brasport, 2007.

BRENNER, Ana Karina; LÃNES, Patrícia; CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. **A arena das políticas públicas de juventude no Brasil: processos sociais e propostas políticas.** In: *Jovenes, Revista de Estudios sobre Juventud*. Edição: ano 9, no. 22, México, jan-jun 2005 (pp. 194 - 211). Disponível em: <http://ver2.imjuventud.gob.mx/> Acesso em 2 de jul. de 2009.

FRANCO, Jefferson Cardoso; FRANCO, Ana. **Como elaborar trabalhos acadêmicos nos padrões da ABNT aplicando recursos de informática.** Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda., 2006.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de metodologia da pesquisa científica.** São Paulo: Avercamp, 2005.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios.** Rio de Janeiro: IBGE, 2001/2002

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. **Políticas de juventude: políticas públicas ou políticas governamentais?** In: *Estudos de Sociologia*, Araquara, 18/19, 2005 (pp. 193 – 203). Disponível em: <http://www.flcar.unesp.br/> Acesso em 2 de jul. de 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados.** 7ª. ed. São Paulo: Atlas, 2008

NUMAN, Geraldo Wilson. **O planejamento de metas e de programas governamentais:** estudos sociais e políticos. Belo Horizonte: Universidade de MG, 1960.

PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. **Juventude, violência e políticas públicas.** In: *Revista Espaço Acadêmico*, no. 75, ago/2007, Ano VII. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/> Acesso em 2 de jul. de 2009.

**REVISTA DA 1ª. CONFERÊNCIA NACIONAL DE JUVENTUDE:** Documento Base (2007).

RIZZINI, Irene. **O século perdido:** raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 2.ed. rev. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **Vida nas ruas - crianças e adolescentes nas ruas:** trajetórias inevitáveis - Irene Rizzini (coord). Rio de Janeiro, Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

ROCHA, Selma. **A exclusão e as desigualdades sociais não são inexoráveis.** In: *Governo e Cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar* - Inês Magalhães, Luiz Barreto, Vicente Trevas (org). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999 (pp. 115 – 120).

SANTOS, Ivonete Maciel Sacramento dos; FERREIRA, Magali Santos; FERNANDES, Marta Quadros. **Juventude, Cultura, Vulnerabilidade e Políticas Públicas.** Disponível em: <http://www.webartigos.com/> Acesso em 2 de jul. de 2009.

SOUSA, Maria Alda de. **Juventude e a noção de protagonismo nas políticas públicas brasileiras,** 2008 (pp. 1 - 12). Disponível em: <http://www.casadajuventude.org.br/> Acesso em 2 de jul. de 2009.

SPOSATI, Aldaíza. **Políticas sociais nos governos petistas**. In: *Governo e Cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar* – Inês Magalhães, Luiz Barreto, Vicente Trevas (org). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999 (pp. 82 – 107).

SPOSITO, Marília Pontes e CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Juventude e políticas pública no Brasil**. In: *Revista Brasileira de Educação*. No. 24, Rio de Janeiro, Set./Dez. 2003 (pp. 16 – 39). Disponível em: <http://www.scielo.br>  
Acesso em 2 de jul. de 2009.

TEIXEIRA, Zuleide Araújo. **Políticas Públicas e Educação para Crianças, Adolescentes e Jovens no Brasil/99**. In: *Políticas públicas sociais: um novo olhar sobre o orçamento da União* – Paulo Eduardo Rocha (org), 1995-1998. Brasília: INESC, 1999 (pp. 93 – 143).

#### **WEBgrafia:**

<http://www.girassolidario.org.br>

<http://www.juventude.gov.br/conferencia>

[http://www.planalto.gov.br/secgeral/frame\\_juventude.htm](http://www.planalto.gov.br/secgeral/frame_juventude.htm)

<http://www.projetojuventude.org.br>

<http://www.projovem.gov.br>

<http://www.selosefilatelia.com/PastaLancamentos/005.html>

[http://www.uff.br/obsjovem/mambo/index.php?option=com\\_content&task=view&id=492&Itemid=23](http://www.uff.br/obsjovem/mambo/index.php?option=com_content&task=view&id=492&Itemid=23)

#### **Obs:**

Para acesso aos documentos nacionais, favor notar site a seguir:

<http://www.juventude.gov.br/biblioteca/documentos-nacionais/>

- **Documentos de Conjuve**

Política Nacional de Juventude: Diretrizes e Perspectivas

Conselho Nacional de Juventude: Concepção e Funcionamento

- **Documentos da Secretaria Nacional de Juventude**

Guia de Políticas Públicas de Juventude

- **Estudos e Pesquisas**

Perfil da Juventude Brasileira, do Instituto Cidadania

Brasil: Estado de uma Nação (capítulo juventude), do IPEA



## NOTAS

### **Aldaíza Sposati**

Professora titular e coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas de Seguridade e Assistência Social da PUC/SP. Foi secretária de Administrações Regionais da Prefeitura de São Paulo (1989/1991).

### **Ana Karina Brenner**

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (1999) e mestrado em Educação pela Universidade Federal Fluminense (2006). É doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da USP. Participa do Observatório Jovem do Rio de Janeiro, grupo de pesquisa vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Tópicos Específicos de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: adolescentes autores de atos infracionais, juventude, conselhos gestores.

### **Carlos Alberto Máximo Pimenta**

Pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas de Práxis Contemporâneas (NIPPC) e docente de Sociologia da Universidade de Taubaté (UNITAU)

### **Irene Rizzini**

Graduação em Psicologia pela Universidade Santa Úrsula (1977), mestrado em Serviço Social - University of Chicago (1982) (School Of Social Service Administration) e doutorado em Ciência Política pelo IUPERJ (1997). Atualmente é professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, diretora do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI) em convênio com a PUC-Rio e presidente da Rede Internacional de Pesquisa, Childwatch, sediada em Oslo, Noruega. Tem experiência na área de Sociologia, Serviço Social e Psicologia, atuando principalmente nos seguintes temas: criança, adolescente, jovem e família.

### **Ivonete Maciel Sacramento dos Santos**

Pedagoga, psicopedagoga, especialista em PROEJA (Programa de Educação de Jovens e Adultos do Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos). Atuação em docência; elaboração, desenvolvimento e acompanhamento de cursos; formação de professores e gestores.

### **Magali Santos Ferreira**

Pedagoga, psicopedagoga, especialista em PROEJA (Programa de Educação de Jovens e Adultos do Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos).

### **Maria Alda de Sousa**

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará – UFC; pesquisadora da temática participação social da juventude na contemporaneidade brasileira.

### **Maria Teresa Miceli Kerbauy**

Concluiu o doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 1992. Atualmente é professora voluntária da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Atua na área de Ciência Política, com ênfase em Estudos Eleitorais e Partidos Políticos. Em suas atividades profissionais interagiu com 17 colaboradores em co-autorias de trabalhos científicos.

**Marília Pontes Sposito**

Professora titular em sociologia da educação na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Foi presidente da Ação Educativa, uma ONG com larga tradição de trabalho na área da Educação de Jovens e Adultos (EJA), atuando em várias linhas: elaboração de propostas pedagógicas, materiais didáticos e outros subsídios; formação de educadores e avaliação de programas, pesquisa e monitoramento de políticas públicas, participação em redes e fóruns.

**Marta Quadros Fernandes**

Licenciada em Letras, especialista em PROEJA (Programa de Educação de Jovens e Adultos do Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos).

**Maurício Santoro**

Cientista político, pesquisador do Ibase e Conselheiro Nacional de Juventude.

**Patrícia Lânes**

Socióloga, pesquisadora do Ibase e do Observatório Jovem do RJ/ UFF

**Paulo César Rodrigues Carrano**

Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação, o qual se doutorou em 1999.

**Selma Rocha**

Professora, historiadora, secretária municipal de Educação/Formação Profissional da Prefeitura de Santo André (SP) e presidente do Conselho Curador da Fundação Santo André.

**Zuleide Araújo Teixeira**

Pedagoga e advogada; integrante do CIASH (Consultoria, Investigação e Assessoria, nas Áreas Social e Humana)

## **ANEXO I**

A seguir, favor notar descrição dos principais programas/projetos federais - divididos por ministérios - direcionados aos jovens brasileiros (Obs: dados relativos a 2003)

### **Ministério da Educação:**

Programa de Estudantes em Convênio de Graduação (PEC-G)

Projeto Escola Jovem

### **Ministério do Esporte e Turismo:**

Jogos da Juventude

Olimpíadas Colegiais

Projeto Navegar

### **Ministério da Justiça:**

Serviço Civil Voluntário

Programa de Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei

Promoção de Direitos de Mulheres Jovens Vulneráveis ao Abuso Sexual e à Exploração Sexual Comercial no Brasil

### **Ministério da Saúde:**

Programa de Saúde do Adolescente e do Jovem

### **Ministério do Trabalho e Emprego:**

Jovem Empreendedor

### **Ministério da Assistência e Previdência Social:**

Centros da Juventude

Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano

### **Ministério da Ciência e Tecnologia (CNPq):**

Prêmio Jovem Cientista

Prêmio Jovem Cientista do Futuro

### **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:**

Brasil em Ação/Grupo Juventude

### **Presidência da República:**

Programa Capacitação Solidária

Rede Jovem

(Fonte: SPOSITO e CARRANO, 2003)

## ANEXO II

A seguir, favor notar os principais programas e projetos da Política Nacional de Juventude (Obs: dados relativos a 2007):

**PROJOVEM:** visa ampliar o atendimento aos jovens entre 15 e 29 anos fora da escola e sem formação profissional. Criado a partir da integração de seis programas já existentes (Agente Jovem, Saberes da Terra, ProJovem, Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica), tem como meta ampliar os atuais 467 mil jovens atendidos para atingir 4,2 milhões de jovens até 2010. Vai funcionar nas modalidades ProJovem Adolescente, ProJovem Urbano, ProJovem Campo e ProJovem Trabalhador.

**ProUni:** o Programa Universidade para Todos é o maior programa de bolsas de estudo da história brasileira. Em um ano e meio, ofereceu a 203 mil jovens de baixa renda o acesso em mais de 1.100 instituições de ensino superior em todo o país.

**Programa Livro Didático para Ensino Médio:** distribuiu materiais educativos para 1,3 milhão de estudantes em 2005 e para 7,5 milhões em 2006.

**Proeja:** programa de educação profissional integrada ao Ensino Médio que tem como finalidade ampliar a oferta de vagas nos cursos de educação profissional a jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino regular.

**Programa Brasil Alfabetizado:** promoção de alfabetização para jovens acima de 15 anos. Os cursos são realizados por instituições de ensino em um período de oito meses.

**Projeto Rondon:** recruta jovens nas universidades para que desenvolvam, durante as férias trabalhos voluntários em vários estados do país, nas suas áreas de estudo. A idéia é oferecer a esses estudantes a oportunidade de conhecer a realidade e contribuir para o desenvolvimento social e econômico do Brasil.

**Soldado Cidadão:** oferece cursos de capacitação e formação profissional para jovens recrutados prestando serviço militar. Em 2005, foram formados 58 mil soldados. Em 2006, mais 100 mil formandos.

**Segundo Tempo:** promove o acesso de crianças e jovens da rede pública de ensino à prática esportiva, assegurando a eles complemento alimentar, reforço escolar e material esportivo. Até hoje, somam-se 1,1 milhão de beneficiários.

**Escola Aberta:** oferece atividades educacionais, esportivas, culturais e de lazer em escolas públicas do Ensino Médio e Fundamental, que são abertas nos fins de semana exclusivamente para atender a comunidade. Aos coordenadores das oficinas é paga uma ajuda de custo mensal de R\$150.

**Pontos de Cultura:** implanta e moderniza espaços culturais, permanentes ou itinerantes. Atualmente, existem cerca de 600 Pontos de Cultura no país. A cada um são repassados R\$185 mil para a realização de atividades e compra de equipamentos.

**Bolsa Atleta:** oferece bolsas mensais que variam de R\$300 a R\$2.500 durante um ano, com possibilidade de renovação para aqueles que se destacam em competições de nível estudantil e que ainda não tenham patrocínio.

**Nossa Primeira Terra e Pronaf Jovem:** asseguram crédito e financiamentos com juros subsidiados para a compra de imóveis rurais, projetos de diversificação econômica e agregação de valor na agricultura familiar, para jovens que queiram permanecer no meio rural.

**Programa Juventude e Meio Ambiente:** formação e fortalecimento de lideranças ambientalistas jovens em cinco eixos: educação ambiental, fortalecimento organizacional, educomunicação, empreendedorismo e participação política. A capacitação é feita na forma presencial e à distância.

**Saúde do Adolescente e do Jovem:** o Ministério da Saúde, por meio da Área Técnica de Saúde do Adolescente e do Jovem, vem elaborando políticas nacionais integradas, principalmente com a participação juvenil, voltadas para promoção, proteção e recuperação da saúde de adolescentes e jovens, de forma a garantir uma atenção integral à saúde desta população. Isso significa reduzir as principais doenças e agravos, melhorar a vigilância à saúde e contribuir para a qualidade de vida de crianças, adolescentes e jovens, entre 10 e 24 anos de idade.

*(Fonte: Documento Base da 1ª. Conferência Nacional de Juventude, pag. 19 - 2007)*

## **ANEXO III**

### **O Programa ProJovem Unificado**

O ProJovem vai permitir que os jovens sejam reintegrados ao processo educacional, recebam qualificação profissional e tenham acesso a ações de cidadania, esporte, cultura e lazer. O Governo Federal vai oferecer, até 2010, 4,2 milhões de vagas para atender aos jovens que tenham entre 15 e 29 anos e que vivam em situação de vulnerabilidade social. Além de assegurar um significativo aumento no número de jovens participantes, a unificação dos programas possibilitará a ampliação da faixa etária para até 29 anos.

Com o ProJovem haverá também a unificação do valor do auxílio financeiro em R\$ 100,00, que será estendido também aos jovens do campo. Os currículos e a carga horária também serão unificados.

A gestão do ProJovem é compartilhada entre a Secretaria-Geral da Presidência da República, por meio da Secretaria Nacional de Juventude, e os ministérios do Trabalho e Emprego, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Educação.

Ao ampliar e integrar, o Governo Federal constrói uma trajetória de continuidade que permite ao jovem ter acesso a outros programas federais, desde aprender a ler (Brasil Alfabetizado), se for o caso, até chegar à Universidade (ProUni).

**ProJovem Adolescente:** destina-se aos jovens de 15 a 17 anos em situação de risco social, independentemente da renda familiar, ou que sejam pertencentes a famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. O ProJovem Adolescente é uma reformulação do Agente Jovem, terá duração de 24 meses, e poderá ser implantado em mais de quatro mil municípios. O Programa vai oferecer proteção social básica e assistência às famílias, além de contribuir para a elevação da escolaridade, redução dos índices de violência, de uso de drogas, de doenças sexualmente transmissíveis e de gravidez na adolescência.

**ProJovem Urbano:** destinado a jovens de 18 a 29 anos e que saibam ler e escrever. O ProJovem Urbano é uma reformulação do atual ProJovem, criado em 2005, e terá como objetivo elevar o grau de escolaridade visando a conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional e o desenvolvimento de ações comunitárias e exercício da cidadania. O ProJovem Urbano será implantado, no primeiro momento, em todas as cidades com população igual ou superior a 200 mil habitantes e terá duração de 18 meses. O jovem que cumprir 75% de frequência às aulas e entregar 75% dos trabalhos escolares receberá um auxílio mensal de R\$ 100. O programa será estendido às unidades prisionais ou de internação de adolescentes em conflito com a lei.

**ProJovem Campo:** tem como objetivos fortalecer e ampliar o acesso e a permanência dos jovens agricultores familiares no sistema educacional, elevação da escolaridade - com a conclusão do Ensino Fundamental - qualificação e formação profissional. O ProJovem Campo vai garantir aos jovens da agricultura familiar, de 18 a 29 anos, a conclusão do Ensino Fundamental em regime de alternância dos ciclos agrícolas. Esse regime consiste em alternar aulas presenciais com atividades educativas não presenciais. O ProJovem Campo, uma reformulação do programa Saberes da Terra, vai ampliar o número de jovens atendidos e será estendido a todos os estados. A partir de agora, os jovens do campo receberão um auxílio mensal de R\$ 100 a cada dos meses, quando estiverem exercendo atividades na escola. O curso terá duração de 24 meses.

**ProJovem Trabalhador:** preparar o jovem para o mercado de trabalho e para ocupações alternativas geradoras de renda são os principais objetivos do ProJovem Trabalhador. Podem participar do programa os jovens desempregados, com idade entre 18 e 29 anos, e que sejam membros de famílias com renda per capita de até meio salário mínimo. O ProJovem Trabalhador unificou os programas Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica. A faixa etária foi ampliada para jovens entre 18 e 29 anos. Anteriormente, os programas atendiam a jovens de 16 a 24 anos. Os participantes receberão um auxílio mensal de R\$ 100, durante seis meses, mediante comprovação de frequência. Os cursos de qualificação serão de 600 horas/aula.

(Fonte: <http://www.projovem.gov.br/site/interna.php?p=material&tipo=Noticias&cod=108>)